



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Processo 48.089/2018

EDITAL Nº. 291/2018 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 93/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 51/2018. MVP Nº 48.089/2018 - Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de urgência/emergência de ambulância tipo B e D para eventos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência. Propostas: até as 09 horas do dia 24/07/2018. Abertura: 09 horas e 01 minutos do dia 24/07/2018. Disputa: 09 horas e 10 minutos do dia 24/07/2018. Edital: site: www.pregaobanrisul.com.br; www.pregaoonlinebanrisul.com.br ou www.canoas.rs.gov.br.

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão



EDITAL Nº. 291/2018
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 093/2018
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 051/2018
MVP Nº 48.089/2018

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE CANOAS (RS), por intermédio de sua Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), Diretoria de Licitações e Compras (DLC) torna pública a licitação acima identificada, que tem como objeto o “Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de urgência/emergência de ambulância tipo B e D para eventos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde”, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência. Os serviços que constituem o objeto da licitação deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas, anexo I – termo de referência e que se processará na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com o critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO, nos termos deste Edital, processo virtual MVP Nº 48.089/2018 e de seus Anexos, e em conformidade com as disposições da Lei nº. 10.520/02, Decreto Municipal nº. 829/2009 e, subsidiariamente, da Lei nº. 8.666/93.

1.2. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, pela utilização do aplicativo "Licitações", do Portal Eletrônico do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A., sendo os trabalhos conduzidos pelo(a) pregoeiro(a), com o suporte de sua equipe de apoio, os quais, juntamente, com a autoridade competente, formam o conjunto de operadores do sistema do pregão eletrônico.

1.3. DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E REALIZAÇÃO: edital disponível no site: Prefeitura Municipal de Canoas, www.canoas.rs.gov.br. Link: licitações e também no site do Banrisul: www.pregaobanrisul.com.br; www.pregaoonlinebanrisul.com.br, opção Acesso Identificado. Realização: Banrisul: www.pregaobanrisul.com.br; www.pregaoonlinebanrisul.com.br, opção Acesso Identificado.

1.4. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: até as 09 horas do dia 24/07/2018.

1.5. ABERTURA DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: as 09 horas e 01 minutos do dia 24/07/2018.

1.6. INÍCIO DA SESSÃO E DISPUTA DE PREÇOS: as 09 horas e 10 minutos do dia 24/07/2018.

1.7. TEMPO DE DISPUTA: a critério do(a) pregoeiro(a) (por item), acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema.

1.8. REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília - DF.

1.8.1. A(s) licitante(s) deverá(ão) observar a data e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e o horário para início da disputa.

1.9. Impugnações ao edital, caso interpostas, deverão ser dirigidas ao(à) pregoeiro(a) até dois dias úteis anteriores à data fixada para a abertura das propostas financeiras, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: pregaoeletronico@canoas.rs.gov.br.

1.9.1. Não serão aceitos se remetidos via correio.



1.10. Pedidos de esclarecimento devem ser dirigidos ao(à) pregoeiro(a) até três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura das propostas financeiras, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: pregaoeletronico@canoas.rs.gov.br.

1.10.1. Não serão aceitos se remetidos via correio.

1.11. Expediente externo: SMPG/DLC de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 18 horas. Eventuais alterações de horário do expediente externo serão publicadas no Diário Oficial do Município de Canoas (DOMC) disponível no site: www.canoas.rs.gov.br – link: Publicações e mural oficial: sito rua Frei Orlando, nº. 199, térreo, Centro - Canoas/RS, cabendo às licitantes realizar o acompanhamento.

1.12. Integram o presente edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de referência;

Anexo II – Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, de que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a administração, de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública e de cumprimento ao disposto no art. 27, inc. V da Lei 8.666/1993;

Anexo III – Modelo de declaração de que não está incurso nos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;

Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo V – Minuta de contrato;

Anexo VI – Planilhas de custos e formação de preços;

Anexo VII - Formulário de dados da empresa.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da licitação todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste edital e em seus anexos e que estejam cadastrados/credenciados junto à central de licitações do estado do rio grande do sul – celic, pelo site www.pregaobanrisul.com.br ou www.cecom.rs.gov.br.

2.2. Não poderão participar da presente licitação os interessados temporariamente suspensos de participar em licitação e impedidos de contratar com a administração, bem como declarados inidôneos para licitar ou contratar com a administração pública, nas suas esferas Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do art. 87, incs. III e IV da Lei 8.666/1993.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, ainda, os interessados enquadrados nas hipóteses do art. 9º da Lei 8.666/1993.

2.4. Não será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio.

2.5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

2.5.1. A ME e/ou EPP que pretenda sua inclusão no regime diferenciado concedido pela Lei Complementar 123/2006 deverá, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

2.5.2. Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal, será assegurado às MEs e EPPs o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação.

2.5.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993,



sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação ou revogar a licitação.

2.5.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MEs e EPPs sejam iguais ou até 5% superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP.

2.5.5. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.5.5.1. A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.5.6. A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

2.5.7. Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, na forma do subitem 2.5.5., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.5.3., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

2.5.7.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 2.5.4., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

2.5.8. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.

2.5.9. A ME ou EPP que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, com os documentos de habilitação, declaração formal, conforme anexo III, de que não está incurso em nenhum dos impedimentos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, assinada por representante legal da licitante ou por procurador/credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da lei, ou de carta de credenciamento.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal junto ao provedor do sistema pelo site www.pregaobanrisul.com.br, necessitando estar credenciadas junto à sessão de cadastro da Central de Licitações/RS – CELIC, podendo também ser acessada pelo site www.cecom.rs.gov.br.

3.2. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.3. A chave de identificação e a senha recebida junto à CELIC poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou outro fato impeditivo de participação de licitação em órgãos públicos.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao BANRISUL S/A (provedor do sistema) ou ao município de Canoas responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. DA PROPOSTA FINANCEIRA



4.1. A proposta financeira deverá ser elaborada e enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio do sistema, o qual deverá conter as seguintes informações:

4.1.1. Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente os serviços oferecidos e outros elementos que os identifiquem (conforme anexo I) ou declaração de que atende ao edital na íntegra como complementação da descrição do objeto.

4.1.1.1. juntamente com a proposta financeira deve ser apresentada a planilha de custos.

4.1.2. A escolha da forma utilizada para a comprovação das especificações técnicas do objeto proposto, quando solicitado, fica a critério da licitante, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar a documentação incompleta ou deixe de comprovar qualquer característica do objeto proposto ou não atenda a todas as exigências constantes no edital.

4.1.3. O encaminhamento de proposta financeira pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

4.1.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.1.5. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.2. Observações relativas à proposta financeira

4.2.1. O preço proposto será cotado em reais e será considerado suficiente e completo, abrangendo todos os encargos (sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como demais encargos incidentes), os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, e parafiscais, etc.), o fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, acessórios, consumíveis e equipamentos, a administração, o lucro, as despesas decorrentes de carregamento, descarregamento, fretes, transportes e deslocamentos de qualquer natureza, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora da licitação, bem como qualquer outro encargo ou despesa, ainda que aqui não especificado, que possa incidir ou ser necessária à execução do objeto da licitação.

4.2.2. A omissão na proposta financeira em relação a exigências do edital importa na submissão da licitante às normas nele estabelecidas.

4.2.3. O encaminhamento de proposta financeira pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital e em seus anexos.

4.2.4. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no(s) preço(s) até, no máximo, dois algarismos após a vírgula.

4.2.4.1. Algarismos excedentes ao permitido pelo item supra, serão simplesmente desconsiderados, sem quaisquer arredondamentos.

4.2.5. O preço proposto será fixo e irrevogável, salvo disposições constantes na Lei 10.192/2001 e Decreto Municipal 12/2013.

4.2.6. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade da proposta financeira, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo sessenta dias.

4.2.7. Encerrada a fase de lances, a licitante vencedora deverá apresentar proposta financeira com os valores finais dos itens. A proposta financeira final deverá ser apresentada com os documentos de habilitação



5. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA

5.1. O julgamento obedecerá ao critério de menor preço para o lote, observando-se o disposto no art. 4º, inc. X da Lei 10.520/2002.

5.2. A análise da proposta financeira pelo(a) pregoeiro(a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo preliminarmente desclassificada a proposta financeira:

5.2.1. cujo objeto não atenda às especificações, aos prazos e às condições fixados no edital;

5.2.2. que apresente preços manifestamente inexequíveis;

5.2.3. que não contiver informações suficientes que permita a perfeita identificação do objeto licitado.

5.3. Encerrada a etapa de lances, será efetuada outra análise das propostas financeiras apresentadas, sendo desclassificadas as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores aos preços praticados no mercado, bem como aos preços unitários e totais estabelecidos no anexo I.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.1. Registro comercial no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documento comprobatório da diretoria em exercício.

6.1.2 Declaração formal, conforme anexo, de cumprimento dos requisitos de habilitação, de que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a administração, de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública e de cumprimento ao disposto no art. 27, inc. V da Lei 8.666/1993.

6.1.3. Declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (modelo do anexo III), assinada por representante legal e por contador ou técnico em contabilidade.

6.1.3.1. A declaração citada (modelo do anexo III) deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e a sua assinatura, com firma reconhecida em cartório.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.1.4. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante e de débito trabalhista, na forma da lei. A prova de regularidade fiscal deverá abranger todos os tributos e será efetuada pela apresentação dos seguintes documentos:

a) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa relativa aos tributos federais, incluindo a seguridade social, expedida nos termos do Decreto Federal 5.512/2005 e da Portaria Conjunta RFB/PGFN1.751/2014;

b) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos estaduais, expedida pela secretaria e/ou delegacias da Fazenda Estadual;

c) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do Município relativo ao domicílio ou sede da licitante;

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;



6.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com a apresentação do Certificado de Regularidade (CRF).

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.6. Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.7. Certificado de Registro da Licitante junto ao Conselho Regional de Medicina.

6.1.8. Certificado de Registro da Licitante junto ao Conselho Regional de Enfermagem.

6.1.9. Alvará Sanitário da Licitante e dos respectivos veículos/ambulâncias.

6.1.10. Apresentação de Certificado de registro do(s) veículo(s) junto ao DETRAN, onde comprove que o ano de fabricação não seja superior a (5) anos e em conformidade com a norma ABNT/NBR 14561/2000.

6.1.11. Comprovação de Capacidade Técnica, através da apresentação de, no mínimo, 01 Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a Execução pela licitante de serviços, em pelo menos, a quantidade de 50% do valor deste Objeto.

6.1.11.1. O Atestado de Capacidade Técnica apresentado deve conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado, do Contratante, identificação do tipo ou natureza do serviço, localização, descrição sucinta dos serviços executados, quantidades e nº. Contrato.

6.2. Observações relativas aos documentos de habilitação:

6.2.1. Os documentos relativos à fase de habilitação deverão ser originais, cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais, para verificação da autenticidade das cópias e posterior devolução, salvo os documentos cuja autenticidade poderá ser verificada na internet, que poderão ser cópias simples, caso em que o(a) pregoeiro(a), se entender necessário, poderá diligenciar para averiguar a sua autenticidade, habilitando ou não a licitante em função desta diligência.

6.2.2. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo e a idoneidade do documento ou impeça o seu entendimento.

6.2.3. Não existindo data de validade nas certidões e/ou nos certificados exigidos para habilitação, somente serão aceitos se com prazo de expedição não superior a noventa dias ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.

6.2.4. Caso a licitante seja cadastrada junto ao município de Canoas (RS), poderá apresentar o Cartão de Registro Cadastral (CRC) em substituição dos documentos relacionados nos itens 6.1.1., 6.1.2., em substituição dos documentos relacionados nos itens 6.1.4; 6.1.5., 6.1.6, ambos dentro de seu prazo de validade. Os demais documentos solicitados e que não estejam relacionados no CRC, deverão ser apresentados, sob pena de inabilitação da licitante.

6.2.5. O CRC somente se prestará à substituição dos documentos referidos no item anterior se estiver dentro de seu prazo de validade. Não será admitida a inclusão de documento para revalidação de CRC vencido.

6.2.6. Será examinada a documentação da(s) licitante(s) que tenha(m) sua(s) proposta(s) financeira(s) classificada(s) em primeiro lugar para fins de registrar os preços. Considerando a possibilidade de eventual reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro que venha a acarretar a alteração da ordem de classificação das propostas financeiras, nos termos do Decreto Municipal 354/2015, serão solicitados os documentos de habilitação das demais licitantes classificadas e na ordem de classificação.



7. DO PROCEDIMENTO

7.1. Da etapa eletrônica de lances e da classificação das propostas.

7.1.1. Os lances ofertados serão pelo menor preço por lote.

7.1.2. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.1.3. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais licitantes.

7.1.4. No caso de desconexão do(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances, retomando, o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.1.5. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa as licitantes, mediante mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.1.6. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública no seu tempo normal, transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, fim do qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.

7.1.7. Quando houver uma única licitante ou uma única proposta válida, caberá ao(à) pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

7.1.8. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta financeira de menor preço e os valores praticados no mercado e estimado no anexo I – termo de referência para a contratação.

7.1.9. Nas situações a que se referem os subitens 7.1.7 e 7.1.8, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.1.10. Facultativamente, o(a) pregoeiro(a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido um preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.1.11. O(A) pregoeiro(a) anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.1.12. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se a licitante às sanções deste edital.

7.1.13. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta financeira que apresentou menor preço quanto à compatibilidade deste em relação aos preços praticados no mercado e ao estimado no anexo I – termo de referência para contratação, classificando ou desclassificando preliminarmente proposta financeira ofertada.

7.1.14. Em sendo desclassificada a proposta financeira de menor preço, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta financeira de segundo menor preço, negociando com o licitante a redução do preço apresentado, objetivando a obtenção de preço melhor.



7.1.15. Caso necessário, o procedimento do item 7.1.14., ocorrerá sucessivamente até que se obtenha proposta classificada em primeiro lugar.

7.2. A licitante que apresentar proposta que não seja aceitável e/ou documentos de habilitação que não atendam às exigências editalícias será desclassificada e/ou inabilitada e o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, conforme item 7.1.14. do edital, até encontrar proposta que o atenda e cuja licitante atenda às exigências habilitatórias. Também nessa fase o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.2.1. Constatando o atendimento das exigências previstas no edital, a licitante será declarada a vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo(a) pregoeiro(a).

7.3. A licitante que teve a proposta financeira classificada em primeiro lugar deverá apresentar ao(à) pregoeiro(a), via e-mail, até o final do expediente do dia útil seguinte ao encerramento da disputa, a proposta financeira com a relação de todos os itens, com seus respectivos preços unitários, e os documentos de habilitação exigidos no item 6.1., devendo encaminhar os originais no prazo máximo de três dias úteis a contar do encerramento da disputa.

7.3.1. O(A) pregoeiro(a), a seu exclusivo critério e objetivando agilizar o processamento da licitação, poderá dispensar a licitante de apresentar os documentos exigidos via e-mail, por solicitação da licitante.

7.3.2. A licitante sendo cadastrada no DLC e tendo apresentado o CRC na licitação, dentro do prazo de validade, deverá apresentar apenas os documentos não abrangidos pelo CRC, conforme dispõe o item 6.2.4..

7.3.2.1. Não sendo a licitante cadastrada junto ao DLC ou estando o licitante com o CRC vencido, deverá apresentar todos os documentos exigidos no edital.

7.3.4. A proposta financeira e os documentos de habilitação deverão ser apresentados na forma original ou por cópia autenticada, no prazo de até três dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública. Será considerado apenas o recebimento, pelo(a) pregoeiro(a) dos documentos e anexos exigidos e não sua postagem.

7.3.4.1. A proposta financeira e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados para o endereço rua Frei Orlando, 199, 4º andar – Centro/Canoas/RS.

7.4. DOS RECURSOS

7.4.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante que desejar recorrer poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (sala de disputa/mensagens desbloqueadas), manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de vinte minutos. Caso interposto o recurso, deverá ser dirigido ao(à) pregoeiro(a) indicando a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – Comissão de Registro de Preços, bem como o número do edital e da licitação (concorrência pública ou pregão na forma presencial ou eletrônica), para o endereço rua Frei Orlando nº 199, 4º andar, Canoas/RS, CEP 92.010-280 ou junto à Central do Cidadão, rua Ipiranga, 120, térreo, Centro, Canoas (RS), (horário de atendimento das 08:00 às 17:00), no prazo de três dias a contar da manifestação no sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começara a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. Será considerado apenas o recebimento, pelo(a) pregoeiro(a), dos documentos, e não sua postagem.

7.4.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto, pelo(a) pregoeiro(a), ao vencedor do certame.



7.4.3. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo ou, ainda, que não atendam as condições estabelecidas neste edital.

7.4.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

7.4.5 As razões de recurso ficarão à disposição dos interessados durante os prazos referidos no subitem 7.4.1., nos autos do processo no DLC, bem como no sistema eletrônico.

7.4.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.4.7. Havendo recursos, o(a) pregoeiro(a) os apreciará e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.

7.4.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

7.5. DA HOMOLOGAÇÃO

7.5.1. Após a adjudicação do objeto à licitante vencedora, a autoridade competente homologará a licitação.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A Comissão de Registro de Preços do DLC/SMPG convocará regularmente a licitante vencedora para assinar a ata de registro de preços, dentro prazo de dois dias úteis, prorrogável por uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista no item 8.3.

8.2. É facultado à administração, quando a convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, sem prejuízo da sanção prevista no item 8.3..

8.3. Quem convocado não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a licitação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a administração e será descredenciado no DLC pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo às penalidades previstas na ata de registro de preços.

8.4. As cláusulas relativas ao registro de preços, reajuste e atualização dos preços, bem como prazos, condições gerais, obrigações, fiscalização, pagamentos, penalidades e demais cláusulas e condições relativas à execução do objeto, estão previstas no edital e deverão ser atendidas na íntegra pela(s) licitante(s) vencedora(s), bem como pelas licitantes que tiverem suas propostas financeiras classificadas e seus preços registrados e que venham a ter o menor preço em virtude de reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro.

8.5. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar a ata de registro de preços ou solicitar reajuste do preço e/ou reequilíbrio econômico-financeiro do objeto cujo resultado deferido elevar seu preço a preço maior do que o segundo menor preço registrado, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, conforme disposição do Decreto Municipal 354/2015. Neste caso persistirão as obrigações referidas neste edital e na ata de registro de preços para o novo fornecedor detentor do menor preço.

8.6. Observados os critérios e condições estabelecidos neste edital, a administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que



razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela administração, observadas as condições do edital e o preço registrado.

8.7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, assegurado o direito de preferência ao detentor da ata de registro de preços, em igualdade de condições de acordo com o Decreto Municipal 354/2015.

9. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata de registro de preços oriunda desta licitação poderá ser aderida mediante o cumprimento das seguintes fases a serem ultrapassadas: recebimento da manifestação de interesse em aderir a uma ata de registro de preços gerenciada pelo município; resposta ao órgão interessado, indicando os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados; interesse do fornecedor em atender ao pedido observadas as condições estabelecidas na ata, optando pela aceitação ou não do fornecimento e desde que esta adesão não comprometa o fornecimento do material/serviço ao município de Canoas.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Os serviços efetivamente realizados serão pagos mensalmente, em até 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo da nota fiscal/fatura que deverá ser entregue até o 6º (sexto) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços.

10.1.1. Requisitos para formalização do pagamento:

- a) mediante a apresentação de: nota fiscal/fatura;
- b) certidão de regularidade do FGTS e INSS;
- c) cópias das guias de recolhimento do FGTS e INSS, já exigíveis acompanhadas da folha de pagamento dos empregados ligados diretamente a execução dos serviços;
- d) relatório de serviços realizados no período;
- e) termo de fiscalização aprovado e emitido pela Secretaria Municipal da Saúde.

11. DAS PENALIDADES

11.1. A participação na licitação sujeita as penalidades que seguem.

11.1.1. Quanto ao procedimento da licitação:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de um ano e multa compensatória equivalente a 30% sobre o valor da multa apurada por inexecução total, considerando a tabela de referência;
- b) a inabilitação decorrente da interpretação subjetiva da área técnica quanto à comprovação da capacidade técnica ou econômica não será fato gerador para a aplicação da penalidade prevista no subitem anterior.
- c) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de seis meses;
- d) deixar de manter a proposta: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa compensatória, calculada sobre o valor da proposta, atualizada até o momento da notificação para apresentação da defesa;

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Servirão de cobertura para as despesas do presente edital as dotações orçamentárias constantes dos pedidos e autorizações para a aquisição do respectivo objeto conforme minuta da ata de registro de preços anexa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Processo 48.089/2018

12.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

12.3. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados no DLC/SMPG, localizado a rua Frei Orlando, 199, 4º andar, Centro, fone (051) 3425-7631, ramal 4875, no horário constante do item 1.11.

12.4. As dúvidas e controvérsias oriundas da licitação serão dirimidas no Foro de Canoas (RS), quando não resolvidas administrativamente.

Prefeitura Municipal de Canoas, aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito (09/07/2018).

Paulo Ricardo Accinelli
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 093/2018
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 051/2018

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA EDITAL Nº. 291/2018

1. OBJETO:

Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de urgência e emergência em eventos realizados pelo Município de Canoas/RS.

2. JUSTIFICATIVA:

Prestar assistência de Urgência e Emergência no Município de Canoas conforme a necessidade do mesmo.

3. DA EXECUÇÃO:

O presente contrato será executado sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, por hora de prestação do serviço.

4. DO PREÇO:

4.1. O preço total incluído, além do objeto contratado, os encargos sociais previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais, bem como, demais encargos incidentes, os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, etc.), o fornecimento de mão de obra especializada, materiais, a administração, o lucro e deslocamentos de qualquer natureza, bem como qualquer outra despesa, ainda que não especificada e que possa incidir ou ser necessária à execução do serviço e do objeto da licitação, prevendo a realização de cotas máximas conforme planilha abaixo.

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA 12 MESES	OBJETO	VALOR HORA (R\$)
01	300 horas	Serviço de ambulância de suporte avançados (tipo d) do município de canoas para os eventos municipais, por horas de eventos executados.	337,67
02	600 horas	Serviço de ambulância de suporte básico (tipo b) do município de canoas para os eventos municipais, por horas de eventos executados.	114,07

4.2. Serão pagos somente os equipamentos e insumos comprovadamente utilizados.

4.3. O CONTRATANTE não está obrigado à utilização das cotas integrais.

5. DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será de doze (12) meses.



6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade dos serviços:

- a) Mobilizar a equipe necessária aos serviços e disponibilizar os veículos contratados à sua execução com elevada qualidade e eficiência;
- b) Prestar os serviços, e fornecer os veículos com integral observância das disposições deste contrato, de acordo com a melhor qualidade e técnica disponível no mercado e em estrita conformidade com o disposto na legislação aplicável fornecendo mão de obra, equipamento e quando assim determinado, materiais necessários para execução dos serviços, respondendo diretamente por sua qualidade e adequação;
- c) Prestar os serviços com pessoal próprio devidamente habilitado e capacitado, cabendo-lhe a total e exclusiva responsabilidade pela coordenação, já que responsável legal, administrativa e tecnicamente pelos serviços executados;
- d) Manter a documentação dos veículos contratados em dia com todos os encargos obrigatórios e de acordo com a legislação vigente no Código de Trânsito Brasileiro;
- e) Disponibilizar o veículo para a data do evento/hora/dia programado. A contratante pode solicitar o serviço com até 24 horas de antecedência.
- f) A equipe deve se apresentar com os veículos abastecidos no local determinado pela CONTRATANTE, em perfeitas condições de uso e funcionamento de conservação manutenção, pintura segurança e higiene e possuir todos os equipamentos obrigatórios exigidos no Código Brasileiro de Trânsito.
- g) Em caso de substituição dos veículos por motivo de quebra acidente defeito mecânico e outros, a contratada deverá providenciar outro veículo nas mesmas condições exigidas com no mínimo 01 (uma) hora antes do início do horário solicitado pela CONTRATANTE.
- h) Os veículos substituídos que não atenderem as disposições contratuais serão recusados pela fiscalização.
- i) Reembolsar a CONTRATANTE, mediante desconto em suas faturas ou através de qualquer outro meio de cobrança a critério da contratante, todas as despesas que estiver de efetuar para suprir falhas ocorridas nos serviços objetos deste contrato em consequência de ação ou omissão da contratada;
- j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal estadual e municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE, inclusive quanto a prevenção de incêndios e as de segurança e Medicinal de Trabalho.
- k) Atender de imediato toda e qualquer solicitação do CONTRATANTE quanto a substituição de mão de obra entendida como inadequada para a prestação de serviços;
- l) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus profissionais de todas as normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE, substituindo imediatamente após a notificação qualquer profissional considerado com conduta inconveniente ou prejudicial ao bom andamento dos serviços;
- m) Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao contratante ou a terceiros, provocados ou negligenciado por seus profissionais e/ou prepostos, culposos ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.



n) A equipe deve estar devidamente uniformizada de forma a uma fácil identificação por qualquer munícipe que esteja frequentando o evento, pode ser macacão próprio de APH ou até mesmo calça e camiseta com logo da empresa

o) A contratada deverá disponibilizar veículos com as seguintes características:

1. Ambulância tipo D: Suporte avançado equipada atendendo as especificações contidas na portaria 2048/2002MS.

1.1. Os veículos não poderão apresentar tempo de uso superior a cinco anos considerando a data da prestação de serviços. Os mesmos deverão atender as especificações da ABNT/NBR 14561.

1.2. Quadro de profissionais:

1.3. 01 Enfermeiro: profissional com ensino superior completo titular do diploma devidamente registrado no conselho regional da jurisdição correspondente para desenvolver atividades de atendimento pré-hospitalar com foco em urgência e emergência e curso de APH e BLS.

1.4. 01 Médico: profissional com ensino superior completo, titular do diploma devidamente registrado no conselho regional da jurisdição correspondente para desenvolver atividades de atendimento pré hospitalar com foco em urgência e emergência.

1.5. 01 Condutor; carteira Nacional de habilitação (categoria D) e curso de Condutor de Veículos de Emergência e curso de APH e BLS.

2. Ambulância tipo B: Suporte básico equipada atendendo as especificações contidas na portaria 2048/2002MS.

2.1. Os veículos não poderão apresentar tempo de uso superior a cinco anos considerando a data da prestação de serviços. Os mesmos deverão atender as especificações da ABNT/NBR 14561.

2.2. Quadro de Profissionais:

2.2.1. 01 Condutor; carteira Nacional de habilitação (categoria D), curso de Condutor de Veículos de Emergência e curso de APH e BLS.

2.2.3. 01 Técnico de Enfermagem; profissional com ensino Técnico titular do diploma devidamente registrado no conselho regional da jurisdição correspondente para desenvolver atividades de atendimento pré-hospitalar com foco em urgência e emergência e curso de APH e BLS.

q) A CONTRATADA deverá apresentar comprovação de vínculo dos responsáveis técnicos com a licitante através de contrato social, em se tratando de sócio da empresa no caso de empregado, mediante registro em apresentação de carteira de trabalho e previdência Social (CTPS) ou ainda contrato de prestação de serviço.

r) Certificado de registro junto ao COREN-RS, certificado de conclusão dos cursos de APH e BLS, da equipe técnica que irá atuar no veículo tipo suporte Básico e suporte Avançado.

s) Certificado de registro junto ao CREMERS, certificado de conclusão dos cursos de APH e BLS, da equipe técnica que irá atuar no veículo tipo Suporte Avançado

t) Certificado de registro do veículo junto ao DETRAN, onde comprove que o ano de fabricação não seja superior a cinco (5) anos, em conformidade com a norma ABNT/NBR 14561/2000.

7. DA FISCALIZAÇÃO:



O acompanhamento e fiscalização do presente contrato pela CONTRATANTE estará a cargo de servidor designado.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Comprovação de Capacitação Técnica, através da apresentação de Atestado(s), expedido por pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante possui aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em característica, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.1.1. O(s) Atestado(s) de Capacitação Técnica apresentado(s) deve(m) conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado e do Contratante, tipo de natureza dos serviços executados e localização dos mesmos.

8.2. Declaração formal, conforme modelo anexo de disponibilidade de equipamentos e instalações adequados a realização do objeto bem como de pessoal técnico ligado a execução dos serviços.

8.3. Certificado de Registro da Licitante junto ao Conselho Regional de Medicina.

8.4. Certificado de Registro da Licitante junto ao Conselho Regional de Enfermagem.

8.5. Alvará Sanitário da Licitante e dos respectivos veículos/ambulâncias.

8.6. Apresentação de Certificado de registro do(s) veículo(s) junto ao DETRAN, onde comprove que o ano de fabricação não seja superior a (5) anos e em conformidade com a norma ABNT/NBR 14561/2000.

	SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM EVENTOS - AMBULÂNCIA TIPO B
	SMS - Planilha de Custos e Formação de Preços

Síntese dos custos				
Item			Custo (R\$/mês)	%
1.2. Técnico de Enfermagem			R\$ 11.041,98	13,57%
1.3. Condutor de Ambulância			R\$ 9.492,92	11,66%
1.4. Vale Transporte			R\$ 4.169,09	5,12%
1.5. Vale Refeição			R\$ 11.404,80	14,01%
2. Materiais/Medicamentos/Gases medicinais			R\$ 22.000,00	27,03%
3. Combustível			R\$ 3.313,85	4,07%
3. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI			R\$ 17.054,84	20,95%
4. Depreciação Veículo			R\$ 2.910,96	3,58%
Custo total			R\$ 81.388,43	100,00%

Síntese de quantitativos				
Mão-de-obra				Quantidade
1.2. Técnico de Enfermagem				12
1.3. Condutor de Ambulância				12
Total de mão-de-obra (postos de trabalho)				24



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Processo 48.089/2018

1. Mão-de-obra						
1.2. Técnico de Enfermagem						
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)	
Piso da categoria	mês	1	1.775,88	1.775,88		Categoria não possui piso salarial. Valor de referencia: salário base da Fundação Municipal da Saúde de Canoas
Horas Extras (100%)	hora	0,00	-	-		
Horas Extras (50%)	hora	0,00	-	-		
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		-	-		
Adicional de Insalubridade	%	40%	1.775,88	381,60	40% sobre o salário mínimo nacional R\$ 954,00	
Soma				2.157,48		
Encargos Sociais	%	70,60%	2.157,48	1.523,18		
Total por profissional				3.680,66		
Carga horária		200		18,40		
Total do Efetivo	HORAS	600		11.041,98		
					11.041,98	
1.3. Conductor de Ambulância						
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)	
Piso da categoria	mês	1	1.473,21	1.473,21		Categoria não possui piso salarial. Valor de referencia: salário base da Fundação Municipal da Saúde de Canoas
Horas Extras (100%)	hora	0,00	-	-		
Horas Extras (50%)	hora	0,00	-	-		
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		-	-		
Adicional de Insalubridade	%	40%	1.473,21	381,60	40% sobre o salário mínimo nacional R\$ 954,00	
Soma				1.854,81		
Encargos Sociais	%	70,60%	1.854,81	1.309,50		
Total por profissional				3.164,31		
Carga horária		200		15,82		
Total do Efetivo	HORAS	600		9.492,92		
					9.492,92	
1.4. Vale Transporte						
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)	
Vale Transporte	R\$	44	4,20	184,80		
		94%		173,71		
Nº de Profissionais		24				
					4.169,09	
1.5. Vale Refeição						
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)	
	unidade	22	24,00	528,00		
		90%		475,20		
Nº de Profissionais	unidade	24				
					11.404,80	
2. Materiais/Medicamentos/Gases Medicinais						
					22.000,00	
3. Combustível						
	600	5 km	7 R\$	3,59		Média de deslocamento de 5KM por emoção centro Canoas/HPSC, média de consumo de 6,5 KM/litro de uma ambulância, valor do litro diesel R\$ 3,59 em Canoas/RS Conforme Memorando 2018002300
			R\$	2,76	3.313,85	
4. Depreciação Veículo						
	Valor do Bem		Depreciação Anual			Valor do Bem utilizada Base SIGEM/Ministério da Saúde Depreciação Linear 25%.a.a.
Ambulância	R\$ 170.000,00		42.500,00		2.910,96	
					64.333,59	
Custo Mensal com Pessoal (R\$/mês)						

TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês)					64.333,59
3. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	26,51%	64.333,59	17.054,84	
					17.054,84
CUSTOS TOTAL (R\$)					81.388,43
CUSTOS POR HORA DE AMBULÂNCIA TIPO "B" (R\$)					135,65



MEMÓRIAS DE CÁLCULO

MEMÓRIAS DE CÁLCULO					
Encargos Sociais					
<i>Grupo A</i>					
2. Composição dos Encargos Sociais					
conforme modelo TCE-RS					
Descrição		Valor			
INSS		20,00%			
SESI		1,50%			
SENAI		1,00%			
INCRA		0,20%			
SEBRAE		0,60%			
Salário educação		2,50%			
Seguro contra acidentes de trabalho		3,00%			
FGTS		8,00%			
SOMA GRUPO A		36,80%			
Férias gozadas		3,23%			
13º salário		8,33%			
Licença Paternidade		0,06%			
Faltas justificadas		0,82%			
Auxílio acidente de trabalho		0,31%			
Auxílio doença		1,66%			
SOMA GRUPO B		14,41%			
Aviso prévio indenizado		2,77%			
Férias indenizadas		7,88%			
Férias indenizadas s/ aviso previo inden.		0,31%			
Depósito rescisão sem justa causa		1,90%			
Indenização adicional		0,21%			
SOMA GRUPO C		13,07%			
Reincidência de Grupo A sobre Grupo B		5,30%			
Reincidência de Grupo A sobre aviso prévio indenizado		1,02%			
SOMA GRUPO D		6,32%			
SOMA (A+B+C+D)		70,60%			
Total para Encargos Sociais		70,60%			
4. Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas					
			Referência		
			1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	5,08%	2,97%	5,08%	6,27%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	1,33%	0,86%	1,33%	1,71%
Lucro	L	10,85%	7,78%	10,85%	13,55%
Despesas Financeiras	DF	0,12%	SELIC	1,00%	
Tributos - ISS	T	3,00%	DU	30	
Tributos - PIS/COFINS		3,65%			
Fórmula para o cálculo do BDI:					
$\{[(1+AC+SRG) \times (1+L) \times (1+DF)] / (1-T)\} - 1$					
Resultado do cálculo do BDI:		26,51%	21,43%	27,17%	33,62%



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Processo 48.089/2018



SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM EVENTOS -
AMBULÂNCIA TIPO D

SMS - Planilha de Custos e Formação de Preços

Síntese dos custos				
Item			Custo (R\$/mês)	%
1.1. Médico			R\$ 33.512,05	33,08%
1.2. Enfermeiro			R\$ 12.022,18	11,87%
1.3. Condutor de Ambulância			R\$ 4.746,46	4,69%
1.4. Vale Transporte			R\$ 3.126,82	3,09%
1.5. Vale Refeição			R\$ 8.553,60	8,44%
2. Materiais/Medicamentos/Gases medicinais			R\$ 15.000,00	14,81%
3. Combustível			R\$ 1.656,92	1,64%
3. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI			R\$ 21.227,49	20,95%
4. Depreciação Veículo			R\$ 1.455,48	1,44%
Custo total			R\$ 101.301,00	100,00%
Síntese de quantitativos				
Mão-de-obra				Quantidade
1.1. Médico				6
1.2. Enfermeiro				6
1.3. Condutor de Ambulância				6
Total de mão-de-obra (postos de trabalho)				18



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Processo 48.089/2018

1. Mão-de-obra					
1.1. Médico					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	6.166,28	6.166,28	
Horas Extras (100%)	hora	0,00	-	-	
Horas Extras (50%)	hora	0,00	-	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$	-	-	-	
Adicional de Insalubridade	%	40%	6.166,28	381,60	40% sobre o salário mínimo nacional R\$ 954,00
Soma				6.547,88	
Encargos Sociais	%	70,60%	6.547,88	4.622,80	
Total por profissional				11.170,68	
Carga horária		100		111,71	
Total do Efetivo	HORAS	300		33.512,05	33.512,05
1.2. Enfermeiro					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	4.316,40	4.316,40	
Horas Extras (100%)	hora	0,00	-	-	
Horas Extras (50%)	hora	0,00	-	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$	-	-	-	
Adicional de Insalubridade	%	40%	4.316,40	381,60	40% sobre o salário mínimo nacional R\$ 954,00
Soma				4.698,00	
Encargos Sociais	%	70,60%	4.698,00	3.316,79	
Total por profissional				8.014,79	
Carga horária		200		40,07	
Total do Efetivo	HORAS	300		12.022,18	12.022,18
1.3. Condutor de Ambulância					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	1.473,21	1.473,21	
Horas Extras (100%)	hora	0,00	-	-	
Horas Extras (50%)	hora	0,00	-	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$	-	-	-	
Adicional de Insalubridade	%	40%	1.473,21	381,60	40% sobre o salário mínimo nacional R\$ 954,00
Soma				1.854,81	
Encargos Sociais	%	70,60%	1.854,81	1.309,50	
Total por profissional				3.164,31	
Carga horária		200		15,82	
Total do Efetivo	HORAS	300		4.746,46	4.746,46
1.4. Vale Transporte					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Vale Transporte	R\$	44	4,20	184,80	
		94%		173,71	
Nº de Profissionais		18			3.126,82
1.5. Vale Refeição					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
	unidade	22	24,00	528,00	
		90%		475,20	
Nº de Profissionais	unidade	18			8.553,60
2. Materiais/Medicamentos/Gases Medicinais					
					15.000,00
3. Combustível					
	300	5 km	7 R\$	3,59	
			R\$	2,76	1.656,92
4. Depreciação Veículo					
Ambulância	R\$	170.000,00	Depreciação Anual	42.500,00	
					1.455,48

Custo Mensal com Pessoal (R\$/mês) 80.073,51



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Processo 48.089/2018

TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês)					80.073,51
3. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	26,51%	80.073,51	21.227,49	
<i>Conf. Tabela em anexo</i>					21.227,49
CUSTOS TOTAL (R\$)					101.301,00
CUSTOS POR HORA DE AMBULÂNCIA TIPO "D" (R\$)					337,67

MEMÓRIAS DE CÁLCULO

Encargos Sociais					
<i>Grupo A</i>					
2. Composição dos Encargos Sociais		conforme modelo TCE-RS			
Descrição	Valor				
INSS	20,00%				
SESI	1,50%				
SENAI	1,00%				
INCRA	0,20%				
SEBRAE	0,60%				
Salário educação	2,50%				
Seguro contra acidentes de trabalho	3,00%				
FGTS	8,00%				
SOMA GRUPO A	36,80%				
Férias gozadas	3,23%				
13º salário	8,33%				
Licença Paternidade	0,06%				
Faltas justificadas	0,82%				
Auxílio acidente de trabalho	0,31%				
Auxílio doença	1,66%				
SOMA GRUPO B	14,41%				
Aviso prévio indenizado	2,77%				
Férias indenizadas	7,88%				
Férias indenizadas s/ aviso previo inden.	0,31%				
Depósito rescisão sem justa causa	1,90%				
Indenização adicional	0,21%				
SOMA GRUPO C	13,07%				
Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	5,30%				
Reincidência de Grupo A sobre aviso prévio indenizado	1,02%				
SOMA GRUPO D	6,32%				
SOMA (A+B+C+D)	70,60%				
Total para Encargos Sociais	70,60%				



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Processo 48.089/2018

4. Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas					
			Referência		
			1° Quartil	Médio	3° Quartil
Administração Central	AC	5,08%	2,97%	5,08%	6,27%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	1,33%	0,86%	1,33%	1,71%
Lucro	L	10,85%	7,78%	10,85%	13,55%
Despesas Financeiras	DF	0,12%	SELIC	1,00%	
Tributos - ISS	T	3,00%	DU	30	
Tributos - PIS/COFINS		3,65%			
Fórmula para o cálculo do BDI:					
$\{[(1+AC+SRG) \times (1+L) \times (1+DF)] / (1-T)\} - 1$					
Resultado do cálculo do BDI:		26,51%	21,43%	27,17%	33,62%



ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE QUE NÃO ESTÁ TEMPORARIAMENTE SUSPENSA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, DE QUE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE CUMPRIMENTO DO ART. 27, INC. V, DA LEI Nº. 8.666/93.

Através da presente, declaramos que a empresa CNPJ nº., cumpre plenamente os requisitos de habilitação da licitação instaurada pelo Município de Canoas, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG) / Diretoria de Licitações e Compras (DLC).

Declaramos também que a empresa não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, bem como não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, bem como não possui, em seu quadro de pessoal, empregado ou associado menor de dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e/ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 27, inc. V, da Lei n.º8.666/93.

Declaramos, ainda, que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora afirmada será imediatamente comunicada, por escrito, ao DLC/ SMPG do Município de Canoas / RS.

....., de de 2018.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado

Nome do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado



ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

(Razão Social da licitante)....., por meio de seu responsável legal e contador ou técnico em contabilidade, declara, sob as penas da lei, que:

a) enquadra-se na situação de:

- () microempresa; ou
() empresa de pequeno porte;

b) o valor da receita bruta 12 meses da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incs. I e II do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006;

c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artigo 3º, § 4º, incs. I a XI, da mesma lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2018.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico em contabilidade da empresa (RECONHECIDA EM CARTÓRIO)



EDITAL Nº. 291/2018
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 093/2018
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 051/2018

ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE CANOAS (RS), por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, representada pelo Sr. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, doravante denominado MUNICÍPIO, e, de outro lado, .., CNPJ/CPF nº. ..., sito na Rua / Avenida ..., doravante denominado COMPROMITENTE, representado(a) pelo(a) Sr(a). ..., CPF nº., firmam a presente Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira – DO OBJETO, constante no processo administrativo nº. 48.089/2018, EDITAL Nº. 291/2018 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 093/2018 – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 051/2018, regendo-se o mesmo pela Lei nº 8666/93, Lei nº 10520/02, pelo Decreto Municipal Nº. 829/09 e pelo Decreto Municipal nº. 354/2015, bem como pela legislação pertinente e pelas cláusulas previstas no Edital e seus Anexos da licitação supra, nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO DE VALIDADE

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de urgência/emergência de ambulância tipo B e D para eventos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência., Lote xxxxxxxx, conforme Edital e Anexos.

1.2. O prazo de validade do Registro de Preços: é de 12 meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PREÇO(S)

2.1. O(s) preço(s) registrado(s) é(são) o(s) constante(s) da proposta vencedora da licitação, lançada na listagem de Registro de Preços.

2.2. O(s) preço(s) registrado(s) não será(ão) reajustado(s) durante o prazo de validade do Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Dos Direitos:

3.1.1. Do MUNICÍPIO: contratar, se necessário, o objeto deste Registro; e

3.1.2. Do COMPROMITENTE: ser contratado se o MUNICÍPIO utilizar o Registro de Preços, ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma, nos termos do Decreto Municipal nº. 354/2015.

3.2. Das Obrigações:

3.2.1. Do MUNICÍPIO: contratar com o COMPROMITENTE, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma, nos termos do Decreto Municipal nº. 354/2015.

3.2.2. Do COMPROMITENTE: atender, nas condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, todos os pedidos de contratação recebidos durante o período de validade do Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O preço registrado poderá ser cancelado:

4.1.1. Pelo MUNICÍPIO quando:

4.1.1.1. O COMPROMITENTE:



- I – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços (ARP);
- II – Não firmar o Contrato ou negar-se a retirar / aceitar o instrumento contratual (Nota de Empenho ou outro instrumento hábil expedido pela Administração, cfe. Art. 62, caput e §2º, da Lei 8666,93) ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV – Sofrer as penalidades previstas no art. 87, inc. III e IV, da Lei nº 8.666/93.
- V – Presentes razões de interesse público.

4.1.2. Pelo COMPROMITENTE, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do Edital e seus Anexos, nos termos do Decreto Municipal nº. 354/2015, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital e em seus Anexos, neste Ata, e na legislação pertinente, bem como de sua obrigação de indenizar o MUNICÍPIO ou terceiros por perdas e danos decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. O MUNICÍPIO e o COMPROMITENTE ficam adstritos à fiel observância das cláusulas do Edital e dos Anexos da licitação, em especial quanto a Condições Gerais, Obrigações, Fiscalização, Pagamento, Penalidades e demais cláusulas e condições relativas à execução do objeto, que deverão ser atendidas na íntegra pela(s) licitante(s) vencedora(s) acaso contratada.

5.2. Fica eleito o Foro de Canoas (RS) para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente Ata.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata em duas vias, de igual teor.

Paulo Ricardo Accinelli
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Empresa Detentora do Preço Registrado
Canoas (RS), de de 2018.



EDITAL Nº. 291/2018
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 093/2018
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 051/2018

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. XX/2018

Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de urgência/emergência de ambulância tipo B e D para eventos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

O MUNICÍPIO DE CANOAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Luiz Carlos Busato, e de outro lado, a empresa xxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº. xx, com sede na Rua / Av. xxxx., doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por xxxxxxxxxxxx, celebram o presente Contrato que foi precedido do EDITAL Nº. 291/2018 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 093/2018 – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 051/2018, constante no processo administrativo nº.48.089/2018, subordinando-se às disposições do Decreto Municipal nº. 354/2015, Decreto Municipal nº. 829/2009, e das Leis nº. 10.520/2002, e, subsidiariamente, da Lei nº. 8.666/1993, bem como das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E SUA EXECUÇÃO

1.1. Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de urgência/emergência de ambulância tipo B e D para eventos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o descrito no Anexo I – Termo de Referência.

a) Ambulância tipo D: Suporte avançado equipada atendendo as especificações contidas na portaria 2048/2002MS.

1.1. Os veículos não poderão apresentar tempo de uso superior a cinco anos considerando a data da prestação de serviços. Os mesmos deverão atender as especificações da ABNT/NBR 14561.

1.2. Quadro de profissionais:

1.3. 01 Enfermeiro: profissional com ensino superior completo titular do diploma devidamente registrado no conselho regional da jurisdição correspondente para desenvolver atividades de atendimento pré-hospitalar com foco em urgência e emergência e curso de APH e BLS.

1.4. 01 Médico: profissional com ensino superior completo, titular do diploma devidamente registrado no conselho regional da jurisdição correspondente para desenvolver atividades de atendimento pré hospitalar com foco em urgência e emergência.

1.5. 01 Condutor: carteira Nacional de habilitação (categoria D) e curso de Condutor de Veículos de Emergência e curso de APH e BLS.



b) Ambulância tipo B: Suporte básico equipada atendendo as especificações contidas na portaria 2048/2002MS.

1.1. Os veículos não poderão apresentar tempo de uso superior a cinco anos considerando a data da prestação de serviços. Os mesmos deverão atender as especificações da ABNT/NBR 14561.

1.2. Quadro de Profissionais:

1.2.1. 01 Condutor; carteira Nacional de habilitação (categoria D), curso de Condutor de Veículos de Emergência e curso de APH e BLS.

1.2.3. 01 Técnico de Enfermagem; profissional com ensino Técnico titular do diploma devidamente registrado no conselho regional da jurisdição correspondente para desenvolver atividades de atendimento pré-hospitalar com foco em urgência e emergência e curso de APH e BLS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

2.1. Os preços correspondentes ao serviço contratado são os constantes da Proposta Financeira da CONTRATADA, planilha final de lances ofertados, truncados na segunda casa decimal (centavos), aceita na licitação acima referida, integrante deste instrumento contratual independentemente de transcrição, devidamente rubricado pelos representantes das partes contratantes.

§1º O preço a ser pago à CONTRATADA pela execução dos serviços contratados será de R\$.....(.....), de acordo com o valor apresentado na sua proposta final, conforme expressos na tabela abaixo:

LOTE 1

ITEM	QUANTIDADE E ESTIMADA 12 MESES	OBJETO	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	300 horas	Serviço de ambulância de suporte avançados (tipo d) do município de canoas para os eventos municipais, por horas de eventos executados.		
02	600 horas	Serviço de ambulância de suporte básico (tipo b) do município de canoas para os eventos municipais, por horas de eventos executados.		

§2º Os preços propostos serão considerados suficientes e completos, abrangendo todos os encargos de seus funcionários (sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como demais encargos incidentes), os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, e parafiscais, etc.), o fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, acessórios, consumíveis e equipamentos, a administração, o lucro, as despesas decorrentes de carregamento, descarregamento, fretes, transportes e deslocamentos de qualquer natureza, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CONTRATADA, bem como qualquer outro encargo ou despesa, ainda que aqui não especificada, que possa incidir ou ser necessária à execução do objeto da licitação.



Parágrafo único. O (s) preço(s) contratual (is) será (ão) reajustado (s) conforme as disposições da Lei nº 10.192/2001 e do Decreto Municipal nº. 12/2013. É vedado qualquer reajuste de preços antes de ser completado o período de 12 meses, contados da data da apresentação da proposta financeira.

CLÁUSULA TERCEIRA: REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do presente Contrato se dará em regime de EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS/HORAS.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1. A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses a contar da data do recebimento da Ordem de Início dos Serviços pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, em havendo interesse do Contratante e mantida as condições iniciais do Contrato, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade dos serviços:

5.1.1. Apresentar, antes do início da execução do objeto contratado, responsável técnico à fiscalização do Contrato;

5.1.2. Tratar as questões inerentes ao serviço com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do contrato, a não ser por iniciativa deste último;

5.1.3. Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao CONTRATANTE suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

5.1.4. Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE;

5.1.5. Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações determinadas no Processo Administrativo Virtual nº. 48.089/2018, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

5.1.6. Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Mobilizar a equipe necessária aos serviços e disponibilizar os veículos contratados à sua execução com elevada qualidade e eficiência;
- b) Prestar os serviços, e fornecer os veículos com integral observância das disposições deste contrato, de acordo com a melhor qualidade e técnica disponível no mercado e em estrita conformidade com o disposto na legislação aplicável fornecendo mão de obra, equipamento e quando assim determinado, materiais necessários para execução dos serviços, respondendo diretamente por sua qualidade e adequação;
- c) Prestar os serviços com pessoal próprio devidamente habilitado e capacitado, cabendo-lhe a total e exclusiva responsabilidade pela coordenação, já que responsável legal, administrativa e tecnicamente pelos serviços executados;



- d) Manter a documentação dos veículos contratados em dia com todos os encargos obrigatórios e de acordo com a legislação vigente no Código de Trânsito Brasileiro;
- e) Disponibilizar o veículo para a data do evento/hora/dia programado. A contratante pode solicitar o serviço com até 24 horas de antecedência.
- f) A equipe deve se apresentar com os veículos abastecidos no local determinado pela CONTRATANTE, em perfeitas condições de uso e funcionamento de conservação manutenção, pintura segurança e higiene e possuir todos os equipamentos obrigatórios exigidos no Código Brasileiro de Trânsito.
- g) Em caso de substituição dos veículos por motivo de quebra acidente defeito mecânico e outros, a contratada deverá providenciar outro veículo nas mesmas condições exigidas com no mínimo 01 (uma) hora antes do início do horário solicitado pela CONTRATANTE.
- h) Os veículos substituídos que não atenderem as disposições contratuais serão recusados pela fiscalização.
- i) Reembolsar a CONTRATANTE, mediante desconto em suas faturas ou através de qualquer outro meio de cobrança a critério da contratante, todas as despesas que estiver de efetuar para suprir falhas ocorridas nos serviços objetos deste contrato em consequência de ação ou omissão da contratada;
- j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal estadual e municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE, inclusive quanto a prevenção de incêndios e as de segurança e Medicinal de Trabalho.
- k) Atender de imediato toda e qualquer solicitação do CONTRATANTE quanto a substituição de mão de obra entendida como inadequada para a prestação de serviços;
- l) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus profissionais de todas as normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE, substituindo imediatamente após a notificação qualquer profissional considerado com conduta inconveniente ou prejudicial ao bom andamento dos serviços;
- m) Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao contratante ou a terceiros, provocados ou negligenciado por seus profissionais e/ou prepostos, culposos ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- n) A equipe deve estar devidamente uniformizada de forma a uma fácil identificação por qualquer munícipe que esteja frequentando o evento, pode ser macacão próprio de APH ou até mesmo calça e camiseta com logo da empresa
- o) A contratada deverá disponibilizar veículos com as seguintes características:
 - 1. Ambulância tipo D:** Suporte avançado equipada atendendo as especificações contidas na portaria 2048/2002MS.
 - 1.1. Os veículos não poderão apresentar tempo de uso superior a cinco anos considerando a data da prestação de serviços. Os mesmos deverão atender as especificações da ABNT/NBR 14561.
 - 1.2. Quadro de profissionais:
 - 1.3. 01 Enfermeiro: profissional com ensino superior completo titular do diploma devidamente registrado no conselho regional da jurisdição correspondente para desenvolver atividades de atendimento pré-hospitalar com foco em urgência e emergência e curso de APH e BLS.



1.4. 01 Médico: profissional com ensino superior completo, titular do diploma devidamente registrado no conselho regional da jurisdição correspondente para desenvolver atividades de atendimento pré hospitalar com foco em urgência e emergência.

1.5. 01 Condutor: carteira Nacional de habilitação (categoria D) e curso de Condutor de Veículos de Emergência e curso de APH e BLS.

2. Ambulância tipo B: Suporte básico equipada atendendo as especificações contidas na portaria 2048/2002MS.

2.1. Os veículos não poderão apresentar tempo de uso superior a cinco anos considerando a data da prestação de serviços. Os mesmos deverão atender as especificações da ABNT/NBR 14561.

2.2. Quadro de Profissionais:

2.2.1. 01 Condutor; carteira Nacional de habilitação (categoria D), curso de Condutor de Veículos de Emergência e curso de APH e BLS.

2.2.3. 01 Técnico de Enfermagem; profissional com ensino Técnico titular do diploma devidamente registrado no conselho regional da jurisdição correspondente para desenvolver atividades de atendimento pré-hospitalar com foco em urgência e emergência e curso de APH e BLS.

q) A CONTRATADA deverá apresentar comprovação de vínculo dos responsáveis técnicos com a licitante através de contrato social, em se tratando de sócio da empresa no caso de empregado, mediante registro em apresentação de carteira de trabalho e previdência Social (CTPS) ou ainda contrato de prestação de serviço.

r) Certificado de registro junto ao COREN-RS, certificado de conclusão dos cursos de APH e BLS, da equipe técnica que irá atuar no veículo tipo suporte Básico e suporte Avançado.

s) Certificado de registro junto ao CREMERS, certificado de conclusão dos cursos de APH e BLS, da equipe técnica que irá atuar no veículo tipo Suporte Avançado.

t) Certificado de registro do veículo junto ao DETRAN, onde comprove que o ano de fabricação não seja superior a cinco (5) anos, em conformidade com a norma ABNT/NBR 14561/2000.

5.1.7. Atender às normas da ABNT e todas as especificações técnicas exigidas no EDITAL N°. 291/2018 do PREGÃO ELETRÔNICO N°. 093/2018 – REGISTRO DE PREÇOS N°. 051/2018 (Edital e seus Anexos);

5.1.8. Apresentar ao CONTRATANTE todas as informações necessárias à execução dos serviços contratados;

5.1.9. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente, associar-se a outrem, ceder, transferir total ou parcialmente, realizar fusão, cisão ou incorporação do objeto deste contrato sem a expressa autorização pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Constituir-se-á obrigação do CONTRATANTE:

6.1.1. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto contratado.

6.1.2. Notificar a CONTRATADA, formal e tempestivamente, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;

6.1.3. Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste Contrato.



6.1.4. Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela Contratada;

6.1.5. Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados;

6.1.6. Emitir o termo de fiscalização;

6.1.7. Emitir ordem de início de serviço;

6.1.8. Encaminhar a liberação do pagamento das faturas de prestação dos serviços, após devidamente analisadas e aprovadas pela fiscalização contratual;

6.1.9. Indicar, formalmente, o gestor/fiscal para acompanhamento/fiscalização da execução contratual;

6.1.10. Informar à CONTRATADA, previamente ao início dos serviços, e sempre que julgar necessário, todas as normas, as rotinas e os protocolos institucionais que deverão ser seguidos para a correta e a satisfatória execução dos serviços contratados, bem como indicar e disponibilizar instalações necessárias à execução dos mesmos.

6.1.11. É dever do CONTRATANTE, sempre que houver necessidade. Averiguada em processo formal, a aplicação à CONTRATADA das penalidades legais e contratuais;

6.1.12. O CONTRATANTE não está obrigado a emitir Ordem de Início dos Serviços(OIS) para todos os equipamentos simultaneamente, e sim de acordo com a necessidade de serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento se dará em até 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo da nota fiscal/fatura, que deverá ser entregue até o 6º (sexto) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, mediante apresentação de:

7.1.1. Nota fiscal / fatura;

7.1.2. Cópias das guias de recolhimento do FGTS e INSS, já exigíveis acompanhadas da folha de pagamento dos empregados ligados diretamente à execução dos serviços;

7.1.3. As faturas correspondentes aos serviços realizados deverão ser apresentadas Junto à Unidade de Liquidação da Secretaria Municipal da Fazenda, sito Avenida Getúlio Vargas, nº. 5001, Centro, Canoas / RS.

7.1.4. As notas fiscais/faturas protocoladas não deverão portar vícios ou incorreções que impossibilitem ou atrasem o pagamento, hipóteses em que a contratada suportará os ônus decorrentes do atraso.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Pelo inadimplemento das obrigações, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades que seguem:

8.1.2. Advertência escrita, para a correção de irregularidades que não possuam gravidade suficiente para caracterizar infração passível de levar a uma medida mais drástica.

8.1.3. Multa moratória, tendo como parâmetro os seguintes valores contratuais e percentuais:

Valores contratuais	Percentual
Até R\$ 500.000,00	0,30%



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Processo 48.089/2018

De R\$ 500.000,01 até R\$ 1.500.000,00	0,20%
De R\$ 1.500.000,01 até R\$ 5.000.000,00	0,08%
De R\$ 5.000.000,01 até R\$ 20.000.000,00	0,04%
Acima R\$ 20.000.000,00	0,02%

8.1.3.1. Os percentuais serão aplicados por dia de atraso no cumprimento de qualquer das obrigações, calculada sobre o valor total do contrato, atualizado monetariamente, desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, depois do qual será considerada inexecução contratual.

8.1.4. Multa compensatória tendo como parâmetro os seguintes valores contratuais e percentuais:

Valores contratuais	Percentual
Até R\$ 500.000,00	10,00%
De R\$ 500.000,01 até R\$ 1.500.000,00	8,00%
De R\$ 1.500.000,01 até R\$ 5.000.000,00	6,00%
De R\$ 5.000.000,01 até R\$ 20.000.000,00	4,00%
Acima R\$ 20.000.000,00	2,00%

8.1.4.1. A aplicação da multa compensatória obedecerá o seguinte critério:

a) no caso de inexecução parcial do contrato e rescisão unilateral, a multa compensatória será aplicável sobre o montante inadimplido, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa;

b) no caso de inexecução total do contrato, a multa compensatória será aplicável sobre o valor nominal do ajuste, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa.

8.1.5. Na ocorrência de rescisão unilateral do contrato, além da aplicação das multas moratória e compensatória, quando for o caso, à contratada será aplicada, cumulativamente, a pena de:

a) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de três anos, no caso de inexecução parcial do contrato;

b) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de cinco anos, no caso de inexecução total do contrato.

8.1.6. Quando a contratada causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual e negar-se a indenizar o erário administrativamente, será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, perdurando pelo tempo da suspensão temporária.

8.1.7. A recusa injustificada para celebrar o contrato, aceitar a nota de empenho, ordem de serviço ou ordem de fornecimento, sujeita a infratora a mesma penalidade



aplicável pelo inadimplemento total da obrigação, por aplicação simétrica ao que dispõe o art. 81, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização do contrato estará a cargo de um técnico da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), denominado fiscal do contrato, designado pelo Secretário da pasta, a quem incumbirá:

9.1.1. Emitir parecer ou outro documento que técnico que demonstre a boa ou má qualidade dos serviços objeto deste contrato;

9.1.2. Emitir notificações à CONTRATADA demonstrando objetivamente os descumprimentos contratuais verificados pela fiscalização;

9.1.3. O (s) técnicos (s) indicados pela CONTRATANTE terão total liberdade para requisição de documentos e a realização de diligências para averiguação do cumprimento contratual por parte da CONTRATADA, podendo os mesmos determinar a paralisação dos serviços caso não se encontrem em conformidade com os padrões estabelecidos no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VINCULAÇÃO E DA REGÊNCIA

10.1. O presente Contrato vincula-se ao EDITAL Nº. 291/2018 do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 093/2018 – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 051/2018 e à proposta apresentada pela CONTRATADA.

10.1.1. O Contrato rege-se por suas normas e pelas Leis nº. 8.666/1993 e nº. 10.520/2002, do Decreto Municipal nº. 354/2015 e Decreto Municipal nº. 829/2009.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS DANOS E DA RESPONSABILIDADE CIVIL

10.2. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na realização do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.3. O presente Contrato pode ser rescindido nas hipóteses descritas no art. 78 da Lei 8.666, de 1993, observados os procedimentos estabelecidos no art. 79 da mesma Lei.

10.3.1. A CONTRATANTE reconhece os direitos da CONTRATADA, na condição de Gestor Público, em caso de rescisão administrativa, conforme previsto na Lei 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As dúvidas oriundas deste Contrato serão dirimidas no Foro da Comarca de Canoas (RS), quando não resolvidas administrativamente.

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS, aos _____ dias do mês de _____ de 2018.

Luiz Carlos Busato
Prefeito



Contratada

ANEXO VIII - FORMULÁRIO DE DADOS DA EMPRESA

CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO (CNPJ):	() MATRIZ () FILIAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL FUNDAÇÃO: ___/___/_____ INSCRIÇÃO MUNICIPAL	DATA DE
NOME EMPRESARIAL:			
NOME FANTASIA:			
CNAE-F PRINCIPAL:			
CNAE-F SECUNDÁRIAS:			
SÓCIOS/ADMINISTRADOR(ES):		CPF(S):	
1 -			
2 -			
3 -			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Processo 48.089/2018

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA			
ENDEREÇO:		NÚMERO	COMPLE MENTO
CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
CONTATO : TELEFONE: CELULAR:		E-MAIL: HOME PAGE:	
DADOS BANCÁRIOS			
BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	
OBS: NESSA FICHA DEVE CONSTAR ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA PESSOA JURÍDICA			